



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013559-02.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Antonio Aparecido Rischini**
 Requerido: **Unimed São Carlos/sp - Cooperativa de Trabalhos Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Antonio Aparecido Rischini ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória contra **Unimed São Carlos - Cooperativa de Trabalhos Médico** alegando, em síntese, ser usuário do plano de saúde de ampla cobertura oferecido pela empresa ré, sendo diagnosticado com câncer de próstata em estado de risco intermediário, quando então compareceu ao *Hospital A. C. Camargo – Câncer Center*, onde o médico que lhe atendeu verificou a impossibilidade de utilização do tratamento *Prostatectomia Radical*, devido ao nível de sua doença, devendo ser realizada a operação *Prostatectomia Radical Laparoscópica Robótica*. Afirmou ter solicitado à ré para a realização de tal intervenção cirúrgica, a qual teria se negado a realizar por motivos confusos e desconexos, à vista do que requereu a condenação da operadora do plano de saúde ao pagamento do valor da cirurgia que será realizada, tendo em vista o agravo imediato do estado de saúde do autor e a data agendada para o dia 12/12/2016, no valor de R\$29.000,00, e que seja ainda fixada multa para o caso de descumprimento da obrigação de fazer, somando ao total os acréscimos legais e com os encargos da sucumbência. Juntou documentos.

A tutela provisória foi concedida.

A ré foi citada e contestou o pedido. Argumentou ter recebido a intimação sobre o deferimento da tutela provisória somente no dia 15/12/2016, ou seja, após a data marcada, e que tal cirurgia já teria sido realizada pelo autor, mesmo sem o auxílio financeiro e a autorização da ré, o que significaria possibilidade do usuário em arcar com o pagamento de R\$29.000,00 e desmentiria o caráter de urgência da intervenção cirúrgica.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Discorreu sobre a definição dos atendimentos de urgência e emergência pela lei que regulamenta a prestação do serviço de saúde suplementar, tendo afirmado que sua rede credenciada poderia realizar o procedimento cirúrgica indicado para a patologia constatada no autor. Mesmo assim, o autor, por livre e espontânea vontade preferiu realizar a cirurgia em hospital particular, fora da abrangência territorial pactuada, de modo que eventual reembolso deverá ficar limitado ao quanto seria despendido caso o procedimento fosse realizado na rede credenciada. Argumentou sobre os limites dos procedimentos previstos no rol da ANS e postulou pela decretação de improcedência do pedido. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O pedido comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois as alegações das partes e os documentos juntados bastam para o pronto desate do litígio, sendo desnecessária a realização de perícia médica, conforme postulado pela ré, pois a prova documental é suficiente para a resolução da controvérsia. Ademais, o artigo 464, inciso II, do Código de Processo Civil, prevê que o juiz indeferirá a produção da prova pericial quando ela *for desnecessária em vista de outras provas produzidas*.

O pedido é procedente.

O autor recebeu diagnóstico de neoplasia maligna da próstata de risco intermediário (fl. 36). Por isso, o médico que lhe atendeu prescreveu realização de tratamento denominado *Prostatectomia radical robótica*, em razão de apresentar vantagens em comparação ao método convencional (fl. 37). Logo, não há dúvida alguma sobre a doença que acomete o autor e a consequente necessidade de tratamento específico delineado por médico, até porque, nesse ponto, não há impugnação específica. Ou seja, a cirurgia era mesmo necessária.

Nesse contexto, por versar a lide sobre a cobertura de plano de saúde, é inarredável a incidência à espécie da Lei nº 8.078/1990, sobretudo em face da vulnerabilidade material e da hipossuficiência da parte autora. Confira-se a súmula nº 100



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: *O contrato de plano/seguro saúde submete-se aos ditames do Código de Defesa do Consumidor e da Lei n. 9.656/98 ainda que a avença tenha sido celebrada antes da vigência desses diplomas legais.*

A previsão de cobertura da doença implica, também, a correspondente cobertura dos exames e tratamentos necessários, como é de pacífica jurisprudência consolidada na súmula nº 102 do mesmo Tribunal: *Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS.*

Segue-se que o fato de o tratamento não estar eventualmente previsto no contrato ou no rol da ANS, ou até mesmo de não representar consenso médico, não é impeditivo à cobertura, dada a expressa indicação do médico que atendeu o autor, como tem orientado nossa jurisprudência: *Plano de Saúde – Ação de Obrigação de Fazer – Negativa do custeio de exame Pet-scan – Abusividade - Aplicação do CDC - Falta de inclusão de procedimento específico em rol da ANS não obsta sua cobertura – Sentença mantida - Recurso desprovido.* (TJSP. 6ª Câmara de Direito Privado. Apelação nº 1003619-77.2015.8.26.0071, Rel. Des. **Fortes Barbosa**, j. 18/02/2016).

Deveras, *a prevalecer somente a cobertura prevista no rol da ANS, estar-se-ia congelando procedimentos médicos, privando o consumidor dos avanços da medicina* (TJSP, Apelação nº 0028184- 07.2010.8.26.0554, Rel. Des. **Salles Rossi**, j. em 19/10/2011), motivo pelo qual não cabe à seguradora limitar as alternativas possíveis para o restabelecimento da saúde do segurado. Em verdade, qualquer cláusula em sentido contrário é nula, porque abusiva, malferindo o disposto no artigo 51, inciso IV, da Lei 8.078/90, que se aplica à espécie, como já visto e de acordo com o a súmula nº 469 do colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual tem decidido: *Seguro saúde. Cobertura. Câncer de pulmão. Tratamento com quimioterapia. Cláusula abusiva. 1. O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. Se a patologia está coberta, no caso, o câncer, é inviável vedar a quimioterapia pelo simples fato de ser esta uma das alternativas possíveis para a cura da doença. A abusividade da cláusula reside exatamente nesse preciso aspecto, qual seja, não pode o paciente, em razão de cláusula limitativa, ser impedido de*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta. 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 668.216/SP, Rel. Min. **Carlos Alberto Menezes Direito**, 3ª Turma, j. 15/03/2007).

Logo, as despesas efetuadas pelo autor para custeio do procedimento a ele prescrito e cuja realização foi negada pela ré devem ser integralmente ressarcidas (fls. 110/111), não cabendo qualquer limitação, como postulado pela ré. Com efeito, quisesse a empresa gastar menos, deveria de plano atender o consumidor tal como lhe era de direito, pois se o procedimento poderia ter sido realizado na rede credenciada, nada justifica a negativa da operadora, pois o autor comprovou ter pleiteado junto a esta a realização da cirurgia.

Por fim, nada obsta que a ré deposite em juízo o valor devido a título de reembolso, como forma de garantia, pois como o procedimento cirúrgico já foi realizado e custeado pelo autor, a imposição da obrigação de fazer tornou-se desnecessária, persistindo o interesse processual apenas no que tange ao reembolso do valor despendido pelo autor para a realização da cirurgia prescrita.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para condenar a ré a ressarcir o autor das despesas com tratamento, no valor R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça, a contar do desembolso, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 19 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**